

Nº 2.497 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, PAULO CÉSAR PEREIRA para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, SF01, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Vicentinho Alves.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003683/2015-95, resolve:

Nº 2.498 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, MARIA ELIZABETH SILVA DE ANDRADE para exercer o cargo, em comissão, de Ajudante Parlamentar Sênior, AP-04, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador José Maranhão.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.003657/2015-67, resolve:

Nº 2.499 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, ADRISON MARQUES DE AGUILAR para exercer o cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Júnior, AP-05, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador Wellington Fagundes.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.002663/2015-05, resolve:

Nº 2.500 - nomear, na forma do disposto do inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, CASSIO CRUZ ESPÍRITO SANTO para exercer o cargo, em comissão, de Auxiliar Parlamentar Pleno, AP-07, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação no Gabinete do Senador José Medeiros.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 111, de 2011, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 00200.001045/2015-30, resolve:

Nº 2.502 - Art. 1º Fica autorizada, pelo período de doze meses, a prorrogação da cessão da servidora desta Casa Legislativa CAROLINA PAVANELLO, matrícula nº 228373, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, Especialidade Comunicação Social, ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para continuar a exercer a Função Comissionada de Assistente FC-02, com ônus para o órgão cedente.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 111, de 2011, atendendo ao disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, regulamentado pelo Decreto nº 4.050, de 12 de dezembro de 2001, e tendo em vista o constante no Processo nº 00200.003950/2015-24, resolve:

Nº 2.503 - Art. 1º Fica autorizada, pelo período de doze meses, a prorrogação da cessão do servidor desta Casa Legislativa CÉSAR AUGUSTO GARCIA, matrícula nº 37269, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo, Especialidade Administração, à Câmara dos Deputados, para continuar exercendo o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, código CD-CC-SP-01, no Gabinete do Deputado Luis Tibé, com ônus para o órgão cedente.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais e regulamentares, e tendo em vista o que consta no Processo número 00200.004732/2015-15, resolve:

Nº 2.504 - exonerar, na forma do disposto no art. 35, inciso I, da Lei nº 8.112, de 1990, MARIANNA PEIXOTO FERNANDES DA ROCHA, matrícula nº 169307, do cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar Júnior, AP-09, do Instituto Legislativo Brasileiro.

ILANA TROMBKA

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 52, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 93 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Prorrogar a cessão, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, até 17 de março de 2016, do servidor MÁRZIO RICARDO GONÇALVES DE MOURA, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para continuar exercendo o cargo em comissão de Assessor de Diretoria, código CA I.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA Nº 53, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no inciso I do artigo 93 da Lei nº 8.112/1990, resolve:

Prorrogar a cessão, à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, até 22 de março de 2016, do servidor FREDERICO LOBO DE OLIVEIRA, do Quadro de Pessoal deste Tribunal, para continuar exercendo o cargo em comissão de Gerência Executiva, código CGE-I.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA Nº 54, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e com base no que consta do processo nº 356.320/2015, resolve:

Conceder aposentadoria ao servidor JAMIR LOPES, Analista Judiciário - Área Administrativa - Segurança Judiciária, Classe "C", Padrão 13, do Quadro de Pessoal da Secretaria deste Tribunal, com fundamento no artigo 3º, incisos I, II, III e parágrafo único, da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, com as vantagens dos artigos 13, 14, § 5º, 15, inciso III, e 18, § 3º, da Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006, na redação dada pela Lei nº 12.774, de 28 de dezembro de 2012, e do artigo 1º da Lei nº 10.698, de 2 de julho de 2003, dos artigos 61, inciso III, e 67 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e do artigo 62 da Lei nº 8.112 de 1990, regulamentado pelo artigo 3º da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, observado ainda o disposto no §1º do artigo 15 da Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

PORTARIA Nº 55, DE 11 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo nº 356.324/2015, resolve:

Conceder pensão vitalícia à viúva GERCIRA ROSA DE CARVALHO E SILVA, a partir de 19 de fevereiro de 2015, data do óbito do ex-servidor Onésimo Gomes da Silva, com fundamento no § 1º do artigo 216, na alínea "a" do inciso I do artigo 217 e no artigo 218, todos da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e no inciso I do § 7º do artigo 40 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, de 31 de dezembro de 2003.

Min. RICARDO LEWANDOWSKI

SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 48, DE 12 DE MARÇO DE 2015

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DE PESSOAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso das atribuições conferidas pela Portaria DG nº 233/2013, com base no inciso II do artigo 9º da Lei nº 8.112/1990, resolve,

por solicitação do Ministro Teori Zavascki:
Designar ANA RAQUEL MENDES LOBATO MARTINS para exercer a função de confiança de Assistente III, nível FC-03, em seu Gabinete.

CÍCERO RODRIGUES DE OLIVEIRA GOMES

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

PORTARIA Nº 118, DE 12 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no art. arts. 2º, 5º e 6º, § 1º, inciso I, da Resolução TSE nº 23.430, de 12 de agosto de 2014, e no Procedimento Administrativo nº 28.803/2014, resolve:

redistribuir o cargo efetivo de Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Digitação, do Quadro Permanente do Tribunal Superior Eleitoral, ocupado pelo servidor JOÃO AFONSO BENTES LEAL, em reciprocidade com o cargo vago de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Especialidade Apoio de Serviços Diversos pertencente ao Quadro Permanente do Tribunal Superior do Trabalho.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

PORTARIA Nº 119, DE 12 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 6.999/1982 e no Procedimento Administrativo nº 3.037/2015, resolve:

autorizar a cessão da servidora EVELINE CAPUTO BASTOS SERRA, Técnico Judiciário, Área Administrativa, ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, para prestar serviços no Cartório da 18ª Zona Eleitoral.

Min. DIAS TOFFOLI

PORTARIA Nº 120, DE 12 DE MARÇO DE 2015

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e no Procedimento Administrativo nº 3.925/2015, resolve:

autorizar a cessão da servidora ANA RAQUEL MENDES LOBATO MARTINS, Analista Judiciário, Área Judiciária, para o exercício de função comissionada junto ao Supremo Tribunal Federal.

Min. DIAS TOFFOLI

SECRETARIA

PORTARIA Nº 113, DE 10 DE MARÇO DE 2015

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso I do art. 9º da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, no exercício das competências que lhe foram atribuídas pela Portaria nº 309 TSE, de 15 de maio de 2014, e considerando o contido no Procedimento Administrativo nº 612/2015, resolve:

nomear, em caráter efetivo e observada a ordem de classificação, em virtude de habilitação em concurso público, a candidata NATÁLIA OLIVEIRA DIÓGENES BESSA para exercer, neste Tribunal, o cargo de Técnico Judiciário, Área Administrativa, Classe "A", Padrão 1, em vaga decorrente da aposentadoria de Rosa de Fátima Carvalho Bruxel.

LEDA BANDEIRA

PORTARIA Nº 116, DE 11 DE MARÇO DE 2015

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no inciso XV do art. 116 do Regulamento Interno, no inciso I do art. 2º e no art. 4º da Portaria nº 204, de 26.09.2002, resolve:

Art. 1º Dispensar, a partir de 10 de março de 2015, VERÔNICA MARIA ALMEIDA CAMPOS da função comissionada de Chefe da Seção de Atenção Social e Psicológica, Nível FC-6, da Coordenadoria de Atenção à Saúde, da Secretaria de Gestão de Pessoas.

Art. 2º Designar FRASSINETE MARIA MACIEL GALVÃO, Analista Judiciário, Área Apoio Especializado, Assistência Social, para exercer a função comissionada de Chefe da Seção de Atenção Social e Psicológica, Nível FC-6, da Coordenadoria de Atenção à Saúde, da Secretaria de Gestão de Pessoas.

LEDA BANDEIRA

PORTARIA Nº 117, DE 11 DE MARÇO DE 2015

A DIRETORA-GERAL DA SECRETARIA DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base no disposto no inciso XVI do art. 116 do Regulamento Interno e na cabeça do art. 38 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, resolve:

Art. 1º Designar LUCILENE CUSTÓDIO DA SILVA, Técnico Judiciário, Área Apoio Especializado, Digitação, para substituir a Coordenadora de Execução Orçamentária e Financeira, Nível CJ-2, da Secretaria de Administração, nos seus afastamentos e impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º Revogar o art. 2º da Portaria nº 633 TSE, de 6 de dezembro de 2012, publicada no Diário Oficial da União do dia 10 subsequente.

LEDA BANDEIRA

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 86, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2015

A VICE-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no exercício da Presidência, no uso da atribuição conferida pelo art. 21, XXVI, do Regimento Interno e considerando o contido no Processo STJ n. 6932/2014, resolve:

Art. 1º Redistribui um cargo efetivo vago de Analista Judiciário, Área de Apoio Especializado - Taquigrafia, do quadro de pessoal deste Tribunal, em reciprocidade com o cargo de mesma denominação do quadro de pessoal do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia ocupado pela servidora CÍNTIA PAIM GOMES GURGEL.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. LAURITA VAZ